

Tradição e Ruptura no
Museu Histórico Nacional

Mário de Souza Chagas
Solange de Sampaio Godoy

“A palavra Museu vem do termo grego Museion, templo das Musas. Os latinos denominavam Museum ao gabinete ou sala de trabalho dos homens de letras e ciências.”

Gustavo Barroso (1945:5)

“Cada geração se viu forçada a interpretar esse termo impreciso - Museu - de acordo com as exigências sociais de época.”

Francis Taylor (apud Mendonça [1946:12])

INTRODUÇÃO

Da união de Zeus e Mnemósine nascem as musas celebradas desde a antigüidade clássica até a atualidade por artistas e cientistas de diversos saberes e ofícios. O templo de culto às musas conhecido entre os gregos como *museion* deu origem, como sabemos, ao termo museu, de uso corrente no mundo ocidental.

Não há originalidade alguma na identificação da procedência grega do termo museu. Os manuais de museologia frequentemente apresentam essa referência. Avançando um pouco podemos, no entanto, reconhecer ao lado de Pierre Nora que os museus vinculados às musas por via materna são “lugares de memória” (Mnemósine é a mãe das musas); mas, por outro lado, pela via paterna estão vinculados a Zeus, são estruturas e lugares de poder.

Assim, os museus são a um tempo: lugares de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados em todo e qualquer museu, independentemente de sua classificação tipológica. No caso dos museus de história esta relação é ainda mais evidente.

Este texto dividido em três partes pretende estudar o processo de construção do Museu Histórico Nacional (MHN) e as relações entre a memória e o poder aí existentes. Criado em 1922, durante as comemorações do centenário da Independência do Brasil, o MHN surgiu celebrando a memória de determinados atores e acontecimentos e estabelecendo de forma mais ou menos explícita um discurso sobre o poder.

A análise aqui desenvolvida toma como ponto de partida quatro momentos decisivos na trajetória dessa Instituição:

- 1º - CONSTRUÇÃO DO MUSEU E REINVENÇÃO DO PASSADO NACIONAL (1922- 1940)
- 2º - CRISTALIZANDO IDÉIAS: A CASA DO BRASIL (1940 - 1967)
- 3º - ESGOTAMENTO DO MODELO: BUSCANDO MUDAR DE ALMA (1967 - 1984)
- 4º - REVITALIZAÇÃO: REPENSANDO ENFRENTANDO NOVOS DESAFIOS (1985 - 1995)

Com esta periodização estamos estabelecendo apenas critérios que norteiem e facilitem a análise e a interpretação da trajetória do Museu e não marcos definitivos, até porque outros balizamentos seriam possíveis a partir de outros conceitos e outros olhares. Nestes quatro momentos buscaremos compreender o Museu como processo, e haverá espaço para perceber não apenas a continuidade e a tradição mas também a descontinuidade e a ruptura.

1 - MUSEUS EM MOVIMENTO

Peter Van MENSCH em seu artigo "Museus em Movimento: uma estimulante visão dinâmica sobre a interrelação museologia-museus", afirma: "O Museu não é mais o que costumava ser." (1989:49) Mesmo aceitando a afirmação do autor, não podemos deixar de dizer - e nisto estamos certos que ele concordaria - que esta frase retirada do seu contexto original diz muito pouco.

A simples observação dos museus criados na década de 50 em comparação com aqueles que são constituídos na década de 20; ou ainda a comparação entre os museus criados na década de 30 e aqueles surgidos na segunda metade do século XIX, nos leva a perceber que esta assertiva se aplica a diversos momentos da trajetória dos museus no Brasil.

Muito mais importante do que reconhecer que os museus não são mais o que eram antes é perceber que as mudanças e permanências ocorridas nestas instituições não são fenômenos isolados e particulares.

O jogo de permanências e mudanças a que as mesmas estão submetidas não se origina e não se esgota exclusivamente em seu interior. Ao contrário, ele está relacionado e em correspondência com as transformações por que passa a sociedade. Os museus, com segurança, são equipamentos culturais partícipes do jogo de forças sociais. Eles refletem de um modo mais ou menos evidente os interesses e as interpretações de deter-

minados grupos, capazes num dado momento histórico de fazer valer as suas concepções de mundo. Eles (os museus) não estão imunes ao contágio das forças sociais e, por outro lado, não são neutros e assépticos ao ponto de não interferir e não contagiar. De modo claro, os museus são instrumentos de conformação ou de transformação social. O reconhecimento de J. Le Goff (1984:11-47) de que “o conceito de memória é crucial” e pode ser utilizado “para a libertação” ou “para a servidão dos homens”, aplica-se em justa medida aos museus - enquanto *locus* privilegiados de memória, enquanto espaços de relação, enquanto territórios por onde as linhas de força do poder passam e se rearticulam.

Em síntese: todo e qualquer museu, em qualquer tempo e sociedade, não é mais que uma visão possível e datada da realidade.

Como sustenta Gerd A. Bornheim:

“Se há uma lei histórica, ela está justamente em reconhecer que tudo é histórico, ou seja, tudo é datado, irrepetível, original, único: o assassinato de César não pode acontecer duas vezes e a necessidade da lei termina se refugiando no campo formal.

Cabe mesmo acrescentar que certos períodos são como que arrastados por uma espécie de equivocidade fundamental, acarretando movimentações já bem mais intensas nas suas coordenadas gerais.” (1987:15-16)

Assim, interessa pensar o Museu Histórico Nacional em movimento; o museu e suas articulações e contradições; o Museu e a produção intelectual gerada à época em que seu discurso foi construído, sistematizado, revisto, reformulado e reinventado.

2 - OS MUSEUS NACIONAIS

O conceito de nação, ainda que esteja relacionado a local de nascimento, não é natural e também não é de fácil compreensão. Walter Bagehrot citado por Eric J. Hobsbawn (1990:11) é preciso ao dizer: “sabemos o que é [nação] quando não somos perguntados, mas não podemos rapidamente defini-la ou explicá-la”.

O fato é que o conceito nação é um problema moderno e tem ocupado há pelo menos dois séculos historiadores, políticos, antropólogos, filósofos, economistas e cientistas sociais sem que se tenha encontrado para ele uma resposta única e definitiva. As lutas de independência travadas no atual século pelas antigas colônias africanas, bem como pelos tchecos, pelos irlandeses e pelos catalãos, indicam com clareza: a instabilidade do conceito e das nações constituídas, a não aceitação de determinados mode-

los nacionais e a busca de uma redefinição de território e relações políticas.

Hobsbawn em seu livro *Nações e nacionalismo desde 1780*, ao analisar a trajetória destes conceitos controversos, esclarece que mesmo tendo se destacado no final do século XIX e alcançado o apogeu na primeira metade do século XX, o problema do nacionalismo ainda hoje é proeminente. No entanto, argumenta o autor: “hoje (...), apesar de sua evidente proeminência, o nacionalismo é, historicamente, menos importante (...). Não é implausível apresentar a história do mundo eurocêntrico do século XIX como aquela da construção das nações (...)”. O mesmo não se poderia dizer, no entanto, sobre a história do final do século XX e início do século XXI.

A Europa, “lar tradicional do princípio de nacionalidade” (Hobsbawn [1990:210]), serviu de inspiração e modelo para construção de movimentos nacionalistas e de nações que se desenvolveram à margem do eixo europeu.

A construção das nações desde o século XIX até o início do século XX baseava-se num “princípio de nacionalidade” e num processo de expansão e unificação nacional. Essa construção político-social, geográfica e econômica articulava-se à construção ritual e simbólica da nação para a qual intelectuais, artistas e produtores culturais foram cooptados. Essa construção simbólica passava, por exemplo, através da criação de bandeiras, hinos, selos e outros signos.

Através da arquitetura, da pintura, da escultura, da música, da medalhística e da literatura, a nação vai sendo construída simbolicamente. Construída e celebrada através de monumentos nacionais, carregados de intencionalidade. Esses monumentos/documentos elevados à categoria de patrimônio nacional encontram-se nas praças, nas ruas, nos largos, nas escolas e nas instituições públicas.

Os esforços desempenhados por determinados setores da sociedade para o soerguimento de marcos referenciais do nacional passam freqüentemente pela construção de museus. Esses museus reúnem e preservam signos do nacional mas são em si mesmos signos, estabelecendo uma espécie de metalinguagem.

Os museus nacionais têm origem na segunda metade do século XVIII com a criação do British Museum (1753) e do Museu do Louvre (1793). No século XIX os museus se multiplicam com nomes e modelos bastante diversificados. Entre outros podemos citar os seguintes: Museu Nacional (Brasil - 1818), Museu Nacional da Colômbia (1823), Galeria Nacional de Londres (1824), Museu Nacional do México (1825). Em alguns o

termo nacional é substituído pelo nome do país (Deutsches Museum); em outros o nacional se revela pelo tipo de acervo, pela representatividade e objetivos institucionais (Smithsonian Institution).

O Smithsonian Institution, criado em 1829, a partir do legado de James Smithson reúne “um complexo cultural multifacetado devotado à pesquisa e à educação, independente, mas estreitamente ligado às aspirações da nação”. (1977:15)

O Museu Nacional de Antropologia do México é um caso exemplar. Segundo Arturo Romano a sua formação “foi resultado de um processo secular de evolução social, econômica e cultural do povo mexicano (...). A idéia do Museu nasceu da necessidade de exibir de forma clara e objetiva os fundamentos da civilização mexicana”. (1970:9)

É interessante observar nesses dois exemplos que tanto no caso da instituição privada (Smithsonian), quanto no caso do órgão público (Museu Nacional de Antropologia do México) o que está posto é a ideologia do nacional.

Duas orientações básicas podem ser percebidas, como indica K. Pomian (1990), no conjunto dos museus nacionais:

1º - Os museus que valorizam a civilização e buscam sublinhar a participação da nação no concerto universal e para isso privilegiam as obras de arte de valor consagrado e ao seu lado colocam os elementos da natureza e os artefatos de povos primitivos.

2º - Os museus que indicam a especificidade e a excepcionalidade da nação e a sua trajetória no tempo, sublinhando os traços da história nacional.

O Museu Histórico Nacional está claramente sintonizado, como veremos mais adiante, com a segunda orientação.

3 - O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Segundo E. Hobsbawn: “Se houve um momento em que o princípio da nacionalidade do século XIX triunfou, esse foi o final da Primeira Guerra Mundial, mesmo que isso não fosse previsível nem intencional por parte dos futuros vencedores.” (1990:159)

Foi exatamente nesse momento, quando se comemoravam os cem anos da Independência do Brasil, que o MHN foi criado, no âmbito de uma Exposição Internacional e no último ano de governo do Presidente Epitácio Pessoa.

Como anteriormente foi esclarecido, o presente estudo identifica na trajetória do Museu quatro períodos bem definidos. Vamos agora, para além da identificação, buscar estudá-los de uma forma mais detida.

3.1- Construção do Museu e reinvenção do passado nacional (1922- 1940)

A idéia da criação do Museu Histórico Nacional é gestada na década de 10. Já em 1911, sublinhando a necessidade de um museu militar, Barroso afirmava:

“O Brasil precisa de um museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis(...).”
(apud Dumans [1943:4])

Esse Museu Histórico deveria celebrar o “culto da saudade”, documentar feitos e “fatos gloriosos” e realizar uma “ação salvadora”, capaz de “ensinar o povo a amar o passado” através dos objetos que deveriam ser reunidos em um lugar apropriado para a celebração da memória e contemplação nostálgica do poder das elites aristocráticas.

“Os que se preocupam com essas coisas sabem que no Arquivo Nacional há a cadeira ou o trono em que o Imperador se sentava no Senado, um capacete da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I e outras relíquias; que na igreja da Cruz dos Militares se acham feixes de bandeiras tomadas aos paraguaios; que no Museu Naval estão os canhões do Forte Príncipe da Beira; que nas estrebarias do Ministério de Guerra existe o velho carrinho em que Osório fazia suas campanhas.”

(Barroso, apud Dumans [1947:10])

A determinação de Barroso aliada a uma conjuntura política que lhe é favorável permite que seu plano museológico seja cumprido. O decreto nº 15596, de 02 de agosto de 1922 cria o Museu Histórico que no dia 11 de outubro daquele mesmo ano estaria sendo inaugurado. No entanto, mesmo antes da sua inauguração, em entrevista concedida ao periódico “A Pátria”, de 24 de agosto de 1922, Barroso afirmava:

“Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo passado. Coube ao Exmº Sr. Presidente Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições o estreito sectarismo positivista se tem esforçado por matar, o culto da saudade. Ele o iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na Pátria querida as cinzas daquele que, durante meio século de bondade dirigiu seus destinos. Ele o cimenta instituindo o Museu Histórico, que custodiará as lembranças mais importantes de nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos. E ele terminará a

obra fazendo renascer a estrela de cinco pontas dessa ordem genuinamente nacional, do Cruzeiro, que brilhou sobre o fardão dos nossos melhores estadistas e sobre o largo peito dos nossos heróis.”

Esses textos deixam claro que Barroso está empenhado na construção de um passado histórico. Ele não se preocupa com descontinuidades. Ele quer evidenciar o papel do Estado enquanto sujeito ordenador da sociedade. Ele deseja grifar a continuidade, a tradição, a memória nacional, ainda que esta memória ao se pretender nacional deixe de fora, por uma operação de subtração, expressivos segmentos sociais.

Nos anos 20 e 30 - anos de formação da coleção - a exposição de longa duração do MHN, apresentava o acervo, recolhido através de buscas e de estímulos à doação, organizado em coleções ou galerias dedicadas a vultos históricos.

O discurso articulado por Barroso, ainda que não valorizasse os textos e as legendas, nem seguisse um critério cronológico, era claramente nacionalista. Tratava-se de recolher por toda a parte e apresentar para o público um acervo que se referia aos heróis, aos valores permanentes e tradicionais, pertencente às elites e testemunho da civilização (brasileira).

A política de aquisição trazia para dentro do Museu insígnias (militares, religiosas e nobiliárquicas) que reunidas davam conta do objetivo a ser alcançado: o culto da saudade, a glória do passado, a nobreza do povo brasileiro, a celebração das forças emergentes da nação.

A exposição devolvia ao público bens culturais que se encontravam dispersos e pouco valorizados: em órgãos públicos, ou mesmo retidos nas mãos de colecionadores particulares.

Barroso trabalhou, como diria Hobsbawn, como um inventor de tradições:

“Por tradição inventada, entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas. Tais práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.” (Hobsbawn [1984:9])

Se por um lado a proposta museológica do MHN avança na linha da invenção das tradições, por outro é preciso reconhecer a sua inserção nos quadros da modernidade.

O MHN surge como um museu nacional moderno, pioneiro no campo da prática museográfica. A tradição precisava ser recuperada, resgatada, para que fosse então colocada ao serviço da moderna nação brasi-

leira, que rumava assim em direção ao progresso e à civilização tendo por bússola o modelo europeu.

É interessante observar, no entanto, que as respostas de Barroso para as questões do seu tempo são inteiramente distintas daquela apresentada pelo grupo modernista de São Paulo, encabeçado por Mário de Andrade e Oswald de Andrade. Se Barroso enfatiza a tradição e o culto da saudade dos heróis e por essa via alça-se à modernidade, os Andrade enfatizam a ruptura, a descontinuidade mas ainda assim, no segundo tempo do modernismo, no período posterior a 1924, vão buscar descobrir o Brasil e com isso serão também descobridores (ou inventores) de tradição de orientação política e ideológica inteiramente diversa. Mário de Andrade, sobretudo, estará procurando identificar o nacional no folclore, no etnográfico, no arqueológico, no geográfico, na arte colonial, na arte popular e erudita, em bens tangíveis e não-tangíveis. Para Mário, o nacional é um problema.

Fato, no entanto, digno de referência é que tanto Barroso quanto Mário de Andrade se envolveram, ainda na década de 20, com a defesa e a proteção da cidade de Ouro Preto (MG), elevada à categoria de monumento nacional em 1933.

Barroso, avalizado pelo governo de Minas Gerais, move verdadeira campanha para a defesa das "reliquias tradicionais dispersas pelo país". O apoio à sua campanha resulta na criação em 1934 da Inspetoria de Monumentos Nacionais, vinculada estruturalmente ao MHN, e que será um dos antecedentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1936.

Qual o estado da arte no campo da museologia e das ciências sociais no Brasil, nesse primeiro momento decisivo da trajetória no MHN?

Na década de 20 a museologia engatinhava. As áreas de exposição, conservação e educação em museus não tinham ainda adquirido um lastro significativo de experiências. Os textos sobre a teoria e a prática museológica, publicados e circulando no Brasil, eram extremamente rarefeitos. Para citar um exemplo: o primeiro setor de educação em museus no Brasil é o do Museu Nacional (MN) da Quinta da Boa Vista e data de 1926. As técnicas museológicas e museográficas estavam sendo reinventadas, não havia um conhecimento organizado e sistematizado que se pudesse criticar ou tomar como ponto de partida. O modelo museológico em vigor datava do século XIX. O museu era concebido como espaço consagrado ao saber iluminado dos homens de letras e ciências. Este era também o modelo de Barroso, que, percebendo a necessidade de formar especialistas para o trabalho do MHN, criou em 1932 o Curso de Museus.

Em termos de concepção histórica o MHN estava ligado à corrente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à historiografia tradicional representada por autores como: Varnhagen, Oliveira Lima e Tobias Monteiro.

A produção intelectual de Caio Prado Jr. - *Evolução política do Brasil* (1933); de Gilberto Freyre - *Casa grande & senzala* (1933); de Sérgio Buarque de Holanda - *Raízes do Brasil* (1936) e de Roberto Simonsen - *História econômica do Brasil* (1937) não vai encontrar espaço nas exposições e nas publicações do Museu. Na verdade o MHN estava vinculado à "historiografia da dita oligarquia, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca". (Mota [1990:28])

3.2 - **Cristalizando idéias: A Casa do Brasil¹ (1940 a 1967)**

Depois de ter estabelecido o MHN em bases seguras, depois de ter colhido os primeiros frutos do Curso de Museus, Barroso buscará sistematizar algumas de suas idéias no campo da museologia e da história.

O segundo momento decisivo da trajetória do MHN se inicia em 1940. O Estado Novo, instituído por Getúlio Vargas, apoiará consideravelmente as suas ações:

"No governo do Dr. Getúlio Vargas a situação muda por completo. Sua Ex^a tornou-se o grande protetor do Museu Histórico prestigiando-o e dando-lhe meio para atingir o alto ponto de desenvolvimento em que se encontra. Além dessa contribuição como administrador, S. Ex^a contribui pessoalmente para o enriquecimento das coleções com seguidas e preciosas dádivas. Pode, sem favor, ser considerado um benemérito do Museu Histórico, que deve ao Sr. Epitácio Pessoa a sua fundação e ao Dr. Getúlio Vargas o seu grande enriquecimento." (Dumans [1947:15])

Esse período é marcado pela publicação de um grande número de textos. Em 1940 é lançado o primeiro volume dos *Anais* do MHN, periódico que será publicado até 1975. O próprio Barroso cuidará de sistematizar suas idéias sobre museus através do livro *Introdução à técnica de museus*, volume I e II (1945) e Adolfo Dumans publicará a *Idéia da criação do Museu Histórico Nacional* (1947).

O fato é que neste período se observa uma tentativa de estabilização das conquistas museológicas, mas esta busca de estabilização leva o MHN a se cristalizar em torno das idéias do período anterior.

Apesar da incorporação de novos acervos, incluindo peças adquiridas em Portugal; apesar do aumento de influência no âmbito da cultura, o Museu já apresenta dificuldades para acompanhar os problemas museológicos e museográficos do seu tempo.

Após a Segunda Guerra Mundial a teoria e a prática museológica sofrem mudanças. No âmbito da UNESCO é criado em 1946 o Conselho Internacional de Museus (ICOM) e a sua representação no Brasil ficará a cargo de Oswaldo Teixeira (Museu Nacional de Belas Artes - MNBA), Rodrigo Melo Franco de Andrade (SPHAN) e Heloísa Alberto Torres (MN). Em 1949 será criado o primeiro Museu de Arte Moderna do Brasil em São Paulo, logo depois irão surgir os do Rio de Janeiro (RJ), Resende (RJ) e Cataguases (MG).

Há neste período uma produção bibliográfica no campo da museologia gerada fora do âmbito do MHN. Alguns exemplos: Edgard Sussekind de Mendonça - **A extensão cultural dos museus** (1946); F. Dos Santos Trigueiros - **O museu, órgão de documentação** (1946) e **Museu e educação** (1958); Guy de Holanda - **Recursos educativos dos museus brasileiros** (1958); Regina M. Real - **O museu ideal** (1958); Solon Leontsinis - **Da utilização dos mostruários de empréstimo no ensino de ciências naturais** (1959).

Claramente, após a década de 50 o MHN deixa de ser o eixo de questões museológicas e se cristaliza em idéias antigas.

A morte de Barroso em dezembro de 1959 não implica ruptura na trajetória da Instituição. Josué Montello, seu novo diretor, indicado ainda em 1959, dirigirá o Museu (1960 - 1967) sem modificações substanciais.

O grande acontecimento será a transformação do Palácio do Catete em Museu após a transferência da capital para Brasília. Pelo decreto nº 47883, de 8 de março de 1960 o presidente Juscelino Kubistschek cria o Museu da República (MR) incluindo-o na estrutura organizacional do MHN.

Após as obras de restauração do prédio, boa parte do acervo do período republicano é transferida para o novo Museu. Outras coleções são incorporadas por compra ou doação (coleções Epitácio Pessoa e Nilo Peçanha, por exemplo). As propostas museológica e museográfica porém não são inovadoras. Uma firma "G. F. Gunther executa o equipamento técnico do museu segundo instruções da Diretoria" (relatório de 1960) e uma comissão de museólogos da equipe do MHN faz a "arrumação" do novo Museu que será reorganizado menos de um ano depois de sua abertura, em 15 de novembro de 1960:

"Devido ao prazo exíguo para a inauguração do Museu, não foi possível apresentar uma exposição dentro da estrita cronologia, razão porque no mês de agosto a chefe do Museu (da República), auxiliada pela Conservadora Gilda Marina Lopes, deu início à reorganização das mostras dentro da cronologia histórica, trazendo benefício sobretudo para as visitas escolares." (Relatório de 1960)

Na prática, a preocupação aqui revelada não envolve a conceituação, a reflexão e exposição da história da República, e sim a apresentação cronológica das coleções presidenciais.

O sucesso do Museu da República (enquanto Divisão do MHN) é imediato. Em apenas 20 dias após a sua inauguração recebeu 15.649 visitantes em contraste com os 29.137 da visitação anual do MHN. A imprensa cobre a inauguração que contou, inclusive, com a presença do Presidente da República.

O MHN (matriz museal) é, nessa altura, um contraponto sombrio. Dois terços de suas salas estão fechadas por falta de guardas e necessitam de obras.

O descompasso entre os dois Museus, submetidos a uma mesma administração e orientação museológica, prolonga-se por toda a década de 60 e mais, como se pode perceber através de uma comparação simples dos índices anuais de visitação².

	1961	1962	1963	1964	1965	1966
MR	156.751	141.580	144.565	106.310	102.305	125.200
MHN	23.260	19.584	27.668	33.850	25.882	38.000

A abertura do Museu da República força uma reacomodação da área de exposição do MHN:

“Salas da República - em virtude da transferência do acervo republicano para o antigo Palácio do Catete e do retorno de alguns objetos da coleção, foi feita uma revisão nas vitrines destas salas, verificação e conferência do fichário das mesmas, desinfecção dos objetos, uma vez que as mesmas se transformaram em depósitos. Posteriormente foi feita uma arrumação maior, sendo transportados todos os objetos das vitrines e os quadros da Sala Deodoro para a Sala da República, afim de que lá pudessem ser acomodados os quadros que nos foram enviados do Palácio do Catete.

Estes, embora não obedecendo a cronologia nem escola, serão pendurados à parede, etiquetados e conservados limpos.” (Relatório de 1961)

O MHN vivia um acelerado processo de cristalização. Apesar de terem sido feitas diversas obras emergenciais, não foi possível evitar a situação de crise:

“O ano de 1966 foi particularmente desastroso para o Museu no que se refere ao prédio e às coleções, grandemente afetadas pelas chuvas de janeiro. O telhado colonial, por não ter recebido restauração que vem

necessitando há tantos anos, não suportou a violência das chuvas e as infiltrações causaram grandes danos, desabando grande parte do reboco do teto da Sala Deodoro no 3º andar. Vidros e vitrines foram quebradas. O volume da água foi tal que, penetrando pelo piso, atravessou a Sala Pedro I no 2º andar e passou para a Sala dos Vice-Reis no andar térreo." (Relatório de 1966)

Tal como ocorreu no Museu da República, também o MHN foi vítima de roubos. No dia 21 de junho de 1966, aproximadamente às 21 horas, o quadro de alarme instalado na portaria acusou um começo de incêndio no gabinete da Chefe da Seção de História, no 3º pavimento. Uma vistoria da instalação elétrica de todo Museu registrou situação crítica.

Em 1967 o Museu dava provas de esgotamento, perda de vitalidade e não acompanhamento das questões museológicas contemporâneas.

No campo das ciências sociais, durante o período aqui tratado, a autores como Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda irão juntar-se: Alice Canabrava, Odilon Nogueira de Mattos, Celso Furtado e Raymundo Faoro.

A partir dos anos 60 haverá uma renovação nos estudos brasileiros com a produção da escola de Florestan Fernandes, notadamente com os trabalhos de seus discípulos Octávio Ianni - **Metamorfose dos escravos** (1962) e Fernando Henrique Cardoso - **Capitalismo e escravidão** (1962).

Destacam-se ainda na historiografia do período as obras de: José Honório Rodrigues - **Aspirações nacionais, interpretação histórico-política** (1963) e **Conciliação e reforma** (1965); Emília Viotti da Costa - **Da senzala à colônia** (1966) e Maria Sylvia de Carvalho Franco - **Homens livres na ordem escravocrata** (1964).

Ainda que "a temática central dessas produções" esteja "ligada ao estudo das mudanças sociais e políticas no Brasil, em perspectiva histórica" (Mota[1990:41]), não há nenhuma repercussão desses trabalhos no âmbito do MHN.

3.3 - Esgotamento do Modelo - Buscando mudar de alma (1967 - 1984)

Em meados de 67 assume a direção do MHN Léo Fonseca e Silva, capitão de fragata e museólogo formado em 1962. Indicado pelo professor de História do Brasil do Curso de Museus, General Umberto Peregrino, Fonseca e Silva correspondia ao perfil desejado para a direção da Casa num momento em que a ideologia do Estado Autoritário buscava reforçar os feitos heróicos, o papel do exército e a educação moral e cívica.

O Museu precisava de uma intervenção imediata. A situação descrita nos relatórios de 1966 e 1967 era grave.

O novo diretor tem pressa. Ele quer restabelecer o prestígio da Instituição. Ele recebe o cargo como uma "missão" e ao deixá-lo afirma:

"(...) temos consciência de que cumprimos nossa missão até onde nos foi possível avançar. Temos certeza de que a base de partida para futuros empreendimentos no Museu Histórico Nacional e no campo museológico em geral ficou muito mais fácil a frente do que encontramos." (Relatório de 1970)

A nova direção caminha em vários sentidos: a) reorganização administrativa - buscando maior flexibilidade e autonomia; b) reorganização técnica - incluindo planejamento, tombamento e catalogação do acervo com vistas à futura informatização; c) nova montagem do circuito de exposição de longa duração - doze galerias são abertas e tratam da história do Brasil de forma cronológica (da descoberta ao ocaso da monarquia); d) programação anual - numerosas exposições temporárias e extra-muros (43 em 3 anos); e) criação do Serviço de Relações Públicas e da Sociedade de Desenvolvimento do Museu Histórico Nacional (precursora da atual Associação de Amigos do MHN); f) apoio à criação de outros museus (Museu do Folclore, Museu do Automóvel, Museu Rodoviário etc.); g) projeto para a criação da Fundação Museu Histórico Nacional; h) desenvolvimento de esforço concentrado para conquistar espaços físicos ocupados por outras repartições públicas em ambos os Museus (Histórico e da República); i) reformulação do Curso de Museus - há um empenho em vinculá-lo à universidade ampliando o seu currículo com novas disciplinas e oferecendo novas especializações.

No entanto, a análise da produção veiculada pelos Anais, o conceito das exposições e o teor da programação indicam claramente a idéia de continuidade com o passado.

A imagem de um capacete da Imperial Guarda de Honra utilizada no convite da reabertura das exposições (11 de outubro de 1969) e as réplicas dos uniformes antigos utilizados por parte da segurança no dia da reinauguração são signos claros de um militarismo e da tentativa de recuperar a tradição.

A ruptura sugerida na proposta modernizadora: "O Museu que trocou de alma" (revista *Visão*, 7/11/69) não alcança o nível das estruturas conceituais e não é capaz de provocar mudanças de mentalidades. A direção do Museu se isola num discurso modernizante, ainda que com forte acento conservador, e encontra resistência nos setores técnicos do Museu.

Resistência e oposição não ao acento conservador, mas ao discurso modernizante.

“Infelizmente, anos e anos de desapontamento e de carência crônica de recursos estiolaram o espírito de iniciativa e o trabalho de equipe. Trabalhando quase sozinhos, no silêncio de seus gabinetes, muitos conservadores perderam o contato com o público e não estavam psicologicamente preparados para uma mudança de mentalidade, qual seja, a de que um museu existe para o grande público e só tem razão de ser na medida que cumpre sua missão educativa.” (Relatório de 1970)

O esforço e o afã de busca de uma “nova alma” para o Museu esbarravam na excessiva centralização, na burocratização e na reduzida dotação orçamentária. As reivindicações de Léo Fonseca e Silva contavam a princípio com o apoio do Secretário Geral do MEC, Edson Franco:

“Louvo, reiteradamente, seu relatório, sobretudo a impetuosidade de que se reveste e a maneira como distingue e conceitua. Dia haverá em que ação de administradores da estirpe de V.S.^a a administração pública os receberá como titulares de um vanguardeirismo que tanto acalenta o governo do Marechal Artur da Costa e Silva.” (Ofício 858/67)

Três anos depois o Comandante Léo é levado à demissão, após um processo de desgaste profissional e sem contar com apoio interno ou externo.

Em 1971 assume a Direção do Museu Gerardo B. Raposo da Câmara. A crise da Instituição se aprofunda.

A equipe está desarticulada e pouco coesa. O estado de conservação dos bens culturais vai gradualmente piorando. A documentação museográfica do acervo é setorial, utiliza fichas múltiplas, com múltiplas cores e números e inviabiliza a recuperação de informações.

As modificações do Museu ficam por conta: a) das intermináveis obras de reforma das fachadas do antigo Arsenal de Guerra e da Casa do Trem; b) das exposições itinerantes com temas genéricos (ex.: Memória da Independência e D. Pedro II e sua época) que circulam por muitas cidades do país com o apoio do MEC, de universidades, de prefeituras, de outros museus e do exército; c) do programa de cursos de extensão e estágios para estudantes de graduação; e d) do Curso de Especialização em Ação Educativa e Cultural em Museus, criado no início dos anos 80, a partir de um convênio entre o Museu e a UNIRIO.

O programa de cursos foi enfatizado após a transferência do Curso de Museus para a UNIRIO em 1979, o que aliviou e deixou de gerar incômodos para o MHN. É importante não esquecer que no final dos anos

60 o movimento estudantil também inscreveu suas marcas de luta na história do MHN.

No entanto, nem os cursos de extensão nem as exposições itinerantes são capazes de provocar uma reflexão sobre o papel social do Museu, de gerar revisões conceituais profundas, de gerar exposições de longa duração ou de estabelecer linhas de pesquisa e de ação articuladas com as discussões em curso na sociedade brasileira.

O Museu responde aos interesses do Estado ditatorial articulando um discurso discreto e conservador, assumindo ares de Instituição neutra e apolítica. No entanto, o seu papel de órgão executivo da Política Nacional de Cultura (1975:25) definida pelo Estado através do Ministério da Educação e Cultura era muito evidente.

Por intermédio de seu Diretor o MHN participa do Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, promovido pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais em Pernambuco (1975) e do Encontro Nacional de Cultura, realizado em Salvador, Bahia (1976). Neste último, Gerardo Câmara manifesta-se a favor da implantação de um Sistema Museológico Brasileiro, idéia recorrente em vários encontros dessa natureza. Josué Montello, por seu turno, relata a proposta de criação de um Sistema Nacional de Museus Históricos, com sede no MHN.

O museu está visivelmente sintonizado com a Política Cultural defendida pelo Estado.

“Queremos (...) pautar-nos por diretrizes que possam salvaguardar o nosso acervo cultural próprio e caracteristicamente brasileiro, sem, contudo, descuidar da aproximação com a cultura de outros povos e nações, consoante a própria vocação universalista do nosso povo (...).

Procurando ser fiel às raízes de nossa personalidade nacional e ambicionando contribuir para o engrandecimento do homem brasileiro, a Política Nacional de Cultura quer concorrer para o humanismo brasileiro, dentro da definição maior do que é o próprio humanismo: a concentração do mundo no homem e a expansão do homem no mundo.” [Braga (1975:5-6)]

Ao lado do “espírito humanista”, do incentivo à produção e à criatividade colocava-se um quadro de radicalização política e cultural pintado com as cores fortes da censura e da castração das liberdades. Os textos sobre Política Nacional de Cultura estavam mais ao nível do papel do que da prática, mais ao nível do discurso do que da ação.

O MHN, mesmo com uma atuação tímida e discreta, busca firmar uma imagem positiva em âmbito nacional. O seu Programa de Ação Cultural nos anos de 1974, 1975 e 1976 recebe dotações orçamentárias supe-

riores às despesas que realiza (Mapas do Relatório Trienal - 5/11/1976). Nada disso impede, no entanto, algumas críticas e questionamentos.

Fora a participação oficial nos encontros sobre política cultural, o MHN estará em dissonância com os esforços realizados para a renovação dos museus e da museologia.

Na aurora dos anos 70 inicia-se ampla discussão em torno dos ecomuseus, museus de comunidade e museus integrados (ou integrais). A Mesa Redonda de Santiago do Chile (maio de 1972) inaugura uma nova fase para a museologia, sugere práticas inovadoras e afirma a função social do museu.

Na segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80 despontam no panorama museológico brasileiro autores como: Fernanda de Camargo e Almeida-Moro, Lourdes M. Martins do Rego Novaes, Waldisa Russio e Maria Célia Teixeira M. Santos com produção sistemática, ainda que muitas vezes dispersa em periódicos e coletâneas.

A museologia brasileira em termos teóricos e práticos passava por uma fase de renovação. Critérios mais adequados de preservação, conservação e segurança de acervos estavam sendo discutidos e divulgados. Paulo Freire que tanto inspirou Hugues de Varine (formulador do conceito de ecomuseu ao lado de George Henri Rivière) passou gradualmente a ser utilizado como referência para ações educativas em museus.

Em 1984, em Quebec (Canadá) é lançado o Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM). Neste mesmo ano W. Russio publica texto fundamental sobre cultura, patrimônio e preservação (1984:59-78) onde defende uma nova conceituação de museologia e museu.

No entanto, o MHN distanciava-se cada vez mais da produção de estudos históricos, museológicos e pedagógicos. O curso de pós-graduação ao nível de especialização em Ação educativa e cultural em museus não chegou a gerar benefícios efetivos para o MHN.

Desde a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), em 1979, por Aloísio Magalhães o descompasso entre o MHN e o MR vinha se acentuando. Na virada da década de 70 respirava-se já um clima de abertura política que ao nível do patrimônio se traduzia pela idéia de revitalização. O artigo 1º da Lei nº 6757 de 17/12/79 que cria a Pró-Memória estabelece como um dos seus objetivos "a restauração e revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no país".

Nessa esteira é criado em 1984 o Programa Nacional de Museus, vinculado à FNPM que irá capitanear a separação administrativa entre o MR e o MHN e a revitalização de ambos.

3.4- Revitalização: Repensando e Enfrentando Novos desafios (1985-1995)

O quarto momento decisivo na trajetória do MHN inicia-se em 1985 e compreende as seguintes gestões:

Direção do Museu	Período
1º - Solange Godoy	1985 a 1989
2º - Heloísa Duncan	1989 a 1990
3º - Ecylla C. Brandão	1990 a 1994
4º - Vera L. B. Tostes	1994 até os dias atuais

Apesar de não ter sido eleito pelo voto direto como reivindicava o povo nas ruas em 1984, o governo do Presidente José Sarney assumiu a condução do país num clima de renovação, abertura e redemocratização. É dentro desse espírito que é criado em 1985 o Ministério da Cultura (MinC), cujas bases vinham gradualmente sendo firmadas por Aloísio Magalhães, falecido em 1982.

A criação do MinC resultou do somatório de diversos órgãos culturais preexistentes na esfera federal, tais como: Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAM), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), Conselho Federal de Cultura (CFC) e outros.

Não houve a rigor uma estruturação orgânica do novo Ministério. Em consequência não se buscou evitar a duplicidade de funções, ou equilibrar o gigantismo de algumas unidades com o raquitismo de outras, ou mesmo harmonizar a presença local (ou regional) de umas com a presença nacional de outras.

O MHN vinculado à Fundação Nacional Pró-Memória desde 1979, da mesma forma que diversos outros órgãos, beneficiou-se de - qualquer modo - com os ventos de renovação soprados na direção das instituições culturais. Em janeiro de 1985 assumiu interinamente a Direção do MHN a museóloga Solange Godoy:

“Durante os primeiros oito meses exerci as funções de forma interina. O Diretor Geral Gerardo Britto Raposo da Câmara estava licenciado e o Professor Rui Mourão ocupou esse cargo acumulando com outras funções de Coordenação dentro da Fundação Nacional Pró-Memória (Gerência do Programa Nacional de Museus).” (Relatório de Gestão - 1985/1989)

O primeiro ano de existência do MinC foi marcado por dúvidas, crises, instabilidade e indefinição de propósitos.

Em agosto de 1985, após a primeira mudança de ministro no MinC - o que viria a se tornar rotina (10 ministros em 10 anos)³ - manifestou-se a primeira crise desse período.

Depois de ter sido nomeada efetivamente para a Direção Geral do Museu articulou-se no Planalto a demissão de Godoy com a indicação para o cargo do homem de letras, Dr. Leandro Tocantins.

A mobilização da equipe do Museu e a sua articulação com outras equipes culturais impediu a mudança de rumos.

A turbulência do primeiro ano de gestão não impediu, no entanto, que se traçasse um diagnóstico da situação do MHN e um plano de metas para os próximos anos.

“Urgia também ser elaborado, dado o momento de transição política, um projeto global que contemplasse obras, ocupação da casa e tratamento técnico do acervo.” (Relatório de Gestão - 1985/1989)

Os primeiros resultados da nova administração não tardam. Em setembro de 1985 foi inaugurada com apoio de M. Chandon e Sul América Seguros a exposição temporária Re-Tratos:

“Nesse momento de mudanças, o Museu Histórico Nacional apresenta o trabalho de Clécio Penedo, Re-Tratos que traz uma questão nova sobre a representação de personagens oficiais de nossa História. O artista não procura vê-los como mitos construídos com o tempo, mas se pergunta sobre a condição humana de cada um deles.”

(Porto e Albuquerque [1985:1])

Em novembro, com o apoio da Xerox do Brasil S.A., foi a vez da exposição "A carreira das Índias e o gosto do Oriente", apresentando a coleção de arte do Extremo-Oriente preservada no MHN. No ano seguinte, a Diretoria do MHN publicava com o apoio da Ipiranga o relatório de um ano de revitalização e divulgava o Plano de Diretrizes e Metas Trienais para o período de 1986 a 1988. Neste plano foram privilegiadas cinco diretrizes:

- 1 - Democratização da Informação
- 2 - Formação de Público para o MHN
- 3 - Dinamização do Espaço Cultural do Museu
- 4 - Instrumentalização Científico-Tecnológica
- 5 - Desenvolvimento da Instituição Museu

“Para a concepção de diretrizes e metas estratégicas, buscou-se fundamentação nas áreas de ação propostas pelo Ministério de Cultura, no parecer GEOR/nº 10/86 de 20/03/86, e nos princípios básicos de

museologia ativa, apresentados em Quebec, em 12/10/84" (Plano Trienal 1986/1987/1988)

Na conclusão do relatório se afirmava a mudança de orientação política do Museu:

"No contexto de redemocratização em que hoje vive o Brasil, o desenvolvimento cultural da sociedade não se separa do seu processo de desenvolvimento econômico e social. O Museu Histórico Nacional não pode deixar de participar deste projeto de reconstrução nacional (...)."

(Relatório de 1985)

A segunda metade dos anos 80 traz para o MHN efetivamente uma nova vida. São anos agitados e polêmicos. Anos de muita experimentação, de ruptura e quebra de paradigmas estabelecidos e ao mesmo tempo de esforço para a recuperação, ainda que em outro patamar e com outra orientação política e ideológica, do "passado de excelência e de pioneirismo" do Museu.

De modo acelerado, o MHN resgata o seu papel de produtor de conhecimento, o diálogo com o público e com o meio universitário. Alguns exemplos: Helena Ferrez e Maria Helena S. Bianchini, técnicos do MHN, publicam o **Thesaurus para acervos museológicos** (1987), obra clássica e de referência para museus e escolas de museologia; Regina Abreu, antropóloga do MHN elabora o roteiro para o vídeo "Histórias do cotidiano" (1988); é inaugurada a exposição de longa duração "Colonização e dependência" (1987); é implantado o Setor de Informática no Museu (1987).

O Seminário dos Museus Nacionais (1988) promovido pela FNPM submeteu o MHN à avaliação crítica de intelectuais como Berta Ribeiro, Ulpiano B. Menezes, Margarida Souza Neves e Ana Arruda Callado; Vera Alencar, técnica do MHN defende no Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro a tese de mestrado *Museu-Educação: se faz caminho ao andar* (1987); Mirian Sepúlveda dos Santos defende no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro a tese de mestrado *História, Tempo e Memória: um estudo sobre museus, a partir de observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional* (1989).

As obras devolvem ao público o Pátio da Minerva e o seu entorno, a Biblioteca, o Arquivo Histórico e diversas salas de exposição. A Casa do Trem recebe substancial ajuda do governo alemão através do Consulado Geral da Alemanha Ocidental - Rio e grande parte da obra de infraestrutura é realizada.

A década de 80 termina com a segunda grande crise desse período. Um problema técnico de aceitação ou não de uma coleção de títeres é transformada num problema político e resulta na demissão da Diretora do MHN. Este é um caso típico do poder que busca perpetuar-se e não encontra acolhida do seio de Mnemósine. Sem poder gerar as Musas, o poder se desorganiza, mas também causa estrago.

A continuidade do processo é garantida através da nomeação da museóloga Heloísa Duncan - Diretora Adjunta na gestão de Godoy - para a Direção Geral do Museu.

Eleições diretas. Fernando Collor, candidato à presidência pelo PRN (Partido de Renovação Nacional), é eleito. A área da cultura é sucateada: órgãos são extintos, outros são fundidos, funcionários são demitidos e a Lei de Incentivo à Cultura é revogada. O MHN resiste como pode a este período de inventário e extinção da Pró-Memória.

Ainda em 1990 é nomeada para a Direção do Museu a museóloga Ecylla C. Brandão que convida Godoy para a coordenação da área técnico-científica. A exemplar trajetória profissional de Brandão associada à sua experiência museológica favorecem a superação de obstáculos internos e externos. A equipe técnica é gradualmente reconstruída. O Plano de Diretrizes e Metas traçado para o triênio de 1986 / 1988 é retomado, já agora em novas bases. O MHN está em movimento.

São realizadas diversas exposições de curta duração intra e extra-muros. O Museu vai ao shopping, às escolas e às universidades. O teatro, a música e a dança vão ao Museu.

Abre-se um novo momento de alianças e parcerias com as áreas pública e privada. São firmados convênios, termos de cooperação, protocolos e cartas de intenção com diversas entidades: Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME / RJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa (ULHT), Universidade Gama Filho (UGF), Petrobrás S.A., Fundação VITAE, Serviço Social do Comércio (SESC), Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro (SMDS / RJ), Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SNE / RJ) e outros.

Técnicos do MHN passam a ministrar e participar com sistemática de cursos e seminários, encontros e congressos realizados no Brasil e no exterior. As áreas de conservação e restauração de bens culturais são inteiramente reformuladas. O governo do Canadá patrocina a reforma do Auditório, do Pátio dos Canhões e do sistema de iluminação de duas grandes galerias de exposição. Obras de grande porte são restauradas:

Combate Naval do Riachuelo e Passagem do Humaitá, de Vítor Meireles, além de um conjunto de carruagens.

Em 1994 a museóloga Vera Lúcia B. Tostes assume a Direção do Museu apoiada por Brandão⁴ e Godoy e dá continuidade ao plano de revitalização.

A Reserva Técnica é ampliada, o prédio repintado e os jardins recebem proteção externa. É interessante observar que no período de 1992 a 1994 quatro áreas de exposição de longa duração foram devolvidas ao público:

Memória do Estado Imperial I (1992)

Memória do Estado Imperial II (1993)

No Tempo das Carruagens (1994)

Expansão, Ordem e Defesa (1994)

Este último módulo contou com a consultoria dos historiadores Ilmar R. Mattos, na ocasião chefe do Departamento de História da PUC/RJ, Luís Affonso Seigneur de Albuquerque e Marcia de Almeida Gonçalves.

A criação do Conselho de História em 1995 celebra a aliança efetiva do MHN com os centros produtores de conhecimento no campo da história e da educação.

A análise do último decênio indica claramente que o MHN continua sendo um espaço onde estão em jogo a memória e o poder, ainda que as regras do jogo e os jogadores não sejam mais os mesmos.

Durante o quarto momento decisivo aqui analisado o MHN rompeu com as estruturas museológicas estabelecidas, articulou novos discursos, provocou debates e inseriu-se nas questões museológicas e historiográficas do período.

O módulo Expansão, Ordem e Defesa utiliza objetos coletados por Barroso, articulando-os com novas aquisições (a coleção de peças indígenas e de mineração, por exemplo) e constrói uma outra narrativa. Não se trata mais do "culto da saudade" e sim de uma interpretação possível da história que busca não operar com subtrações e exclusões, mas, ao contrário, compreender e trazer para o foco de análise os índios bravios, os índios missioneiros, os negros aquilombados, os inconfidentes, os subversivos, os sem-terra, os cangaceiros, os revoltosos de Canudos e do Contestado, os cabanos e os farrapos, colocando-os em diálogo com os senhores da terra, com os coronéis que implantam e defendem a Ordem, com os Senhores da Fé! Provocando este diálogo, o MHN pretende contribuir para uma melhor compreensão da formação da sociedade brasileira.

No entanto, a museologia Barroseana parece ser resistente. O "culto da saudade" sobrevive, por exemplo, na exposição "No tempo das carruagens". O título é nostálgico, a exposição é cronológica e contemplativa. Ela lida com o imaginário popular habitado por príncipes, princesas, belas encantadas, jerimuns que se transformam em carruagens, ratos que se transformam em cavalos. A contradição está posta.

É possível a convivência de duas tendências tão distintas, museológica e historiograficamente falando, num mesmo Museu?

CONCLUSÃO

Maria Célia T. M. SANTOS em sua tese de doutoramento - *Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-universitário no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior em Itapuã* - sustenta que: "O discurso da modernidade é uma falácia para a maioria dos museus brasileiros que, nos moldes do antigo Museu Histórico Nacional, de Gustavo Barroso, preserva o acervo de uma elite, apresenta um nacional sem conflito, cumpre seu papel como suporte necessário à preservação de uma identidade nacional desempenhando, assim, a função anestésica de preservação do patrimônio, da qual nos fala tão bem Ulpiano Bezerra de Menezes. (1984)"

Esse é com precisão o desafio ainda hoje enfrentado pelo MHN. No entanto, o fato inegável dele ter surgido a partir dos sonhos e práticas de Barroso, ideólogo do patrimônio e do integralismo no Brasil, não constitui, ao nosso ver, um pecado de origem, impeditivo de qualquer possibilidade de transformação.

Se por um lado é importante não mascarar as contradições da Instituição, presentes ainda na atualidade, por outro é igualmente importante compreendê-la em movimento, participando de um complexo jogo de permanências e mudanças.

O museu é processo.

Da mesma forma como o nacional, o museu e o histórico não são dados prontos e acabados. A perspectiva Barroseana talvez recusasse essa afirmação. A ideologia nacionalista, como indica Chauí, não aceita que a nação "se faz e se desfaz" (1989:1/4), que ela está em processo.

O MHN é um exemplo excelente para a análise das relações entre o Estado e áreas de significação cultural, entre as linhas de força do poder e as representações da memória.

No entanto, é preciso levar em conta que o discurso construído nos museus resulta da experiência e dos enfrentamentos concretos de indivíduos e grupos que vivem em sociedade, contaminados pelo tempo histórico e que,

de uma forma ou de outra, inscrevem nessas instituições de memória as suas concepções de mundo. E é por aí que passa a linha tênue que distingue os processos museológicos comprometidos com a vida ou com a morte, com a história ou com o culto da saudade.

Com o presente texto pretendemos compreender a conformação da trajetória de uma Instituição que tendo nascido como um documento/monumento nacional, continua (por meio dos profissionais e da sociedade civil que nela interfere) em movimento e interessada em problematizar (e não apenas apresentar) o histórico e o nacional.

O cardápio de desafios colocados para o MHN nesse final de década e de século é farto:

- 1) a sua imagem junto àqueles que não o conhecem por dentro é a de um espaço solene, fechado e em obras
- 2) o acesso à mídia é deficiente
- 3) um estudo criterioso sobre o público ainda não foi feito
- 4) os serviços de infra-estrutura oferecidos ao público ainda são deficientes
- 5) as publicações são assistemáticas
- 6) o programa de cursos e seminários necessita de maior regularidade
- 7) a sua localização é problemática, (área externa degradada)

No entanto, para além desses desafios que estão sendo enfrentados pela equipe atual e em alguns casos com resultados promissores, dois outros problemas de fundo se colocam, e a resposta a eles determinará, com segurança, o próximo decênio da Instituição:

1) Como o MHN se posicionará em relação à sociedade e ao Estado? Ele assumirá ou não como diretriz os enfoques desenvolvidos pela denominada nova museologia ou museologia social que considera o território, a comunidade e o patrimônio como elementos muito mais expressivos do que o edifício, o público e a coleção, ou ele se quedará para a museologia da tradição?

2) Como o MHN tratará o nacional nesse final do século XX? Como sugere Hobsbawn: "*Nação e nacionalismo* não são mais termos adequados para descrever as entidades políticas descritas como tais, e muito menos para analisar sentimentos que foram descritos, uma vez, por essas palavras" (1990:2/5)

As linhas das mãos que podem descrever o futuro do Museu Histórico Nacional não estão fixadas, elas estão rodando numa dança muda. Quem irá fixar o volátil? Não é preciso dizer que a quadratura do círculo é o enigma do Brasil.

Notas:

1. A designação Casa do Brasil vinha sendo reivindicada por Barroso desde 1935 (Relatório). No período de julho a dezembro de 1940 o MHN representou o Brasil na exposição internacional realizada em Lisboa, comemorando os centenários de Portugal.
2. Esse quadro estimula a formulação de muitas questões: Que razões levam dois museus submetidos à uma mesma orientação museológica e administrativa a apresentarem índices de visitação tão diferentes? O quarto onde suicidou-se Getúlio Vargas seria um grande estimulador de visitação? O elemento determinante da visitação seria a localização dos museus e a presença ou ausência de área verde? O fato do MR estar localizado num antigo Palácio Presidencial (sede do Poder Executivo) é determinante?
3. A Fundação Nacional Pró-Memória que em 1990 foi fundida à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dando origem ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) que em 1994 voltou a ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - no período de 1985 a 1995 teve doze presidentes. A duração média de cada presidente no cargo é inferior a nove meses.
4. A saída de BRANDÃO teve um motivo: aposentadoria

Referências:

- ALENCAR, V. Museu - Educação: se faz caminho ao andar. Em: *Cadernos museológicos nº 1*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. p. 55-64. 1989.
- ALMEIDA-MORO, F. C. e NOVAES, L. M. **Introdução ao ensino dirigido de Museologia**. Exercícios I. AMICON - Associação de Membros do ICOM/ Comitê Brasileiro do International Council of Museums / MUSEION - Centro de Estudos Museológicos e de Ciências do Homem. 141 p. 1977.
- ANAIS da Associação de Membros do ICOM/BR ano I. Teresina, 123 p. 1975.
- BARROSO, G. **Introdução à técnica de museus**, Volume 1. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Saúde. 342 p. 1945.
- BORNHEIM, G. A. O conceito de tradição. Em: **Tradição/Contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/FUNARTE. 152 p. 1987.
- BRAGA, N. Apresentação. Em: **Política nacional de cultura**. Brasília, Ministério de Educação e Cultura. p. 5-6. 1975.
- CHAGAS, M. **A ótica museológica de Mário de Andrade**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. p. 99-113. 1991.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 199 p. 1989.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Editora Atlas S. A. 255 p. 1981.
- DUMANS, A. **A idéia de criação do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica. 103 p. 1947.

- FERREZ, H. e BIANCHINI, M. H. S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria de Acervos Museológicos. 2 v. 1987.
- GRANMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 244 p. 1989.
- HOBBSAWN, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 230 p. 1990.
- HOBBSAWN, E. e RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 316 p. 1984.
- HOLANDA, G. **Recursos Educativos dos Museus Brasileiros**. Rio de Janeiro: Organização Nacional do ICOM/Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. 271 p. 1958.
- KOSSOY, B. A Fotografia como fonte histórica: Introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado. Em: *Coleção Museus & Técnicos nº 4*. São Paulo: Museu de Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo - SICCT. 1980.
- LE GOFF, J. Memória. Em: *Enciclopédia Einaudi: Memória-História nº1*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. p. 11-50. 1984.
- MENDONÇA, E. S. **A extensão cultural nos museus**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1946.
- MENESES, U. B. de. Identidade Cultural e Arqueologia. Em: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 20*. 1984.
- MENSCH, P. V. Museus em movimento: uma estimulante visão dinâmica sobre a inter-relação museologia-museus. Em: *Cadernos museológicos nº 1*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. p. 49-54. 1989.
- MICELI, S. (Org.) **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL Corpo e Alma do Brasil. 240 p. 1984.
- _____, **Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920 - 1945)**. São Paulo: DIFEL Corpo e Alma do Brasil. 201 p. 1979.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **A carreira das Índias e o gosto do Oriente**. Rio de Janeiro: IPHAM/Pró-Memória/MI IN/XEROX do Brasil S. A. 1985.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória. 196 p. 1980.
- MOTA, C. G. (org.) **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL Corpo e Alma do Brasil. 367 p. 1974.
- _____, **Ideologia da cultura brasileira (1933 - 1974)**. São Paulo: Editora Ática. 303 p. 1990.
- MOURÃO, R. **A nova realidade do museu**. Belo Horizonte: MinC/IPHAM/Museu da Inconfidência. 105 p. 1994.
- MOUTINHO, M. C. A construção do objecto museológico. Em: *Cadernos de Museologia nº 4*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Centro de Estudos de Sócio-Museologia. 175 p. 1994.

- NAMER, G. **Mémoire et Société**. Paris: Meridiens ... (Collection Sociétés). 242 p. 1987.
- NORA, P. **Mémoire et Histoire - La problématique des Lieux**. *Les Lieux de Mémoire*. Vol I. *La République*. Paris: Gallimard. p. XIX. 1984.
- OLIVEIRA, V. de. *O Museu Histórico Nacional: reflexos da política cultural em dois momentos*. Rio de Janeiro: Inédito (fotocópia). 28 p. 1993.
- POMIAN, K. Coleção. Em: **Enciclopédia Einaudi: Memória-História** nº 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. p. 51-86. 1984.
- _____, *Musée, Nation, Musée National le Débat*: Em: *Musée Archeologique: art, nature, historie* nº 49 (fotocópia sem referência completa)..1990.
- PORTO E ALBUQUERQUE, A. L. Apresentação In: **Clécio Penedo: desenhos da série Re-Tratos**. Rio de Janeiro: MinC/SPHAN/Pró-Memória/MHN 1985.
- PREVENÇÃO e Segurança nos Museus*. Rio de Janeiro: Direção dos Museus/Ministério da Cultura e Meio Ambiente da França/ Associação de Membros do ICOM/ Comitê Nacional Brasileiro/ Comitê Técnico Consultivo de Segurança. 216 p. 1978.
- REAL, R. **O Museu Ideal**. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais/ Centro Regional de Pesquisas Educacionais. 67 p. 1958.
- ROMANO, Arturo. Introdução. Em: **Museu Nacional de Antropologia**. Em: São Paulo: Mirador Enciclopédia dos Museus. 168 p. 1970.
- RUSSIO, W. Texto III - Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, A. A. (org.): *Produzindo o passado: estratégias de construção do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Brasiliense. p. 59-78. 1984.
- SANTOS, M. C. T. M. *Repensando a ação cultural e educativa dos Museus*. Salvador: UFBA (Centro Editorial e Didático). 134 p. 1990.
- _____, *Processo Museológico e Educação - construindo o Museu didático-comunitário, em Itapuã* (tese de doutoramento em Educação/UFBA). Salvador: UFBA. 1995.
- SANTOS, M. S. *História, Tempo e Memória: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional* (tese de mestrado IUPERJ). Rio de Janeiro: IUPERJ. 179 p. 1989.
- SMITHSONIAN INSTITUTION - **The Smithsonian Experience - science - history - the arts ... the treasures of the Nation**. Washington. p. 255. 1977.
- SUANO, M. **O que é Museu**. São Paulo: Brasiliense. 101 p. 1986.
- TRIGUEIROS, F. dos S. **O Museu como órgão de documentação**. Rio de Janeiro: Associação Atlética Banco do Brasil. 60 p. (1958)

Fontes Consultadas:

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Relatórios anuais de 1934, 1960, 1966, 1967, 1970, 1974, 1975, 1976, 1985, 1986, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995. Texto datilografado.

Relatórios de gestão 1967-70 e 1985-89. Texto datilografado.

Plano de Diretrizes e Metas Trienais, 1986-88

Proposta conceitual dos Módulos da Exposição de longa duração - 1987

"O Museu que trocou de alma" revista *Visão*, 07/11/1969. p.36-38. xerox

Ofício 858/67 - do Secretário Geral do MEC para o Diretor do MHN.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA

Relatório de avaliação de 1988 (Seminário de Museus Nacionais: Perfil e Perspectivas. Autores: Ana Arruda Callado, Berta Ribeiro, Margarida Souza Neves e Ulpiano Bezerra de Meneses).

Examinando a Política de Aquisição do Museu Histórico Nacional

José Bittencourt
Lia Silvia P. Fernandes
Vera Lúcia Bottrel Tostes

O QUE É POLÍTICA DE AQUISIÇÃO.

Desde o século XVII, quando surgem os museus modernos, essas instituições dedicam-se a recolher, preservar e expor objetos das mais variadas classes e categorias possíveis. Encarados seja como relíquias, seja como documentos, como elementos educativos ou mesmo como simples meios de diversão ou deslumbramento das pessoas, os objetos museológicos constituem a espinha dorsal das atividades desenvolvidas pelos museus.

Como instituições cuja origem está ligada a demandas políticas e/ou sociais¹, os museus estão situados num lugar bem determinado nas sociedades. Assim, apesar das proposições de alguns teóricos atuais², as sociedades não são imensos museus e nem todos os seus produtos materiais, potenciais objetos museológicos. Numa abordagem mais prudente, podemos dizer que um objeto se torna objeto museológico depois de ser identificado por um especialista, ou grupo de especialistas e passar por algumas formalidades. A partir desse momento, passa a integrar um universo de objetos que, afastados de sua função original, se tornam índices de sua classe. Representam a si mesmos e a outros objetos que lhes guardem alguma similitude ou podem ainda representar um valor, além do próprio, que lhes é adicionado pelo fato de estarem associados, por exemplo, a algum vulto histórico.³

Qualquer objeto pode, eventualmente, tornar-se um objeto museológico. Para tanto, é necessária uma decisão de incorporação, tomada pelos diretores do museu ou pelos curadores de área ou coleção, geralmente com base em indicações de equipes especializadas⁴. Essas indicações devem basear-se num conjunto de regras que, levando em conta o campo temático do museu, estabeleçam quais são suas necessidades, no que diz respeito às suas diversas atividades, às suas propostas e à sua projeção de crescimento. Tal conjunto de regras pode ou não ser formal (ordenado segundo regras ou normas), pode ou não estar redigido e até mesmo não ser do conhecimento de toda a equipe. Mas ele sempre existe, pois todo museu possui algum critério que lhe permite identificar e selecionar objetos ou grupos de objetos que lhe interessam. Tal critério constitui aquilo que é geralmente chamado política de aquisição ou de recolhimento.

Neste momento, cabe distinguir entre aquisição - a ação desenvolvida pelo museu no sentido de identificar e incorporar novos objetos museológicos às suas coleções - e política de aquisição - se trata de um princípio doutrinário que caracteriza e ordena a busca e identificação de

objetos museológicos potenciais com relação ao campo temático e proposta de trabalho do museu. A política de aquisição é anterior à “aquisição”, pois esta trata de um conjunto de procedimentos práticos, que envolvem inclusive equipes treinadas, enquanto aquela é uma elaboração intelectual.

Existem diversas formas possíveis de aquisição de objetos, mas todas gravitam em torno de duas que são básicas: a coleta e a doação, que também podem ser chamadas aquisição direta e aquisição indireta. Estas duas definições relacionam, essencialmente, formas de abordagem do museu com relação ao objeto. No caso da coleta, o museu vai buscá-lo e, no caso da doação, recebe o objeto de uma terceira entidade⁵. De um ponto de vista formal, cada museu pode criar tantas categorias de aquisição quantas forem necessárias para o bom andamento de suas atividades⁶, visto que a essência das duas permanecerá inalterada.

A política de aquisição e sua consequência de campo, a aquisição, estão muito ligadas à conjuntura que deu origem ao museu que se examina. Isto quer dizer que fatores como o momento histórico, o caráter da produção científica da época em que o museu foi criado, ou mesmo a posição política dos diretores ou curadores irão influenciar fortemente o conjunto de critérios que constitui a política de aquisição⁷. O exame desta questão pressupõe um prévio conhecimento da história da Instituição. A composição dos universos de objetos depositados nos museus relaciona-se, por intermédio da política de aquisição, com a problemática mais ampla citada acima e, de modo geral, é um reflexo dela.

A FUNDAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL E A PRIMEIRA FASE DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, 1922-1924

Em 1922, a idéia de se criar um museu “de história nacional”, já não era nova. Existiam diversas instituições voltadas para esse tema, como era o caso do Museu Histórico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Museu Nacional, este último uma entidade centenária. No entanto, os objetos perdiam-se ou deterioravam-se com muita facilidade e, na maioria dos casos, ficavam permanentemente fora das vistas do público. Outra questão é que, muito embora os museus fossem considerados como elementos representativos da modernidade, o modelo de museu existente no Brasil ainda era, no início do século XX, o museu enciclopédico, voltado para a coleta, classificação e estudo de itens que pudessem constituir um papel sintético e representativo dos diversos aspectos do saber e do país⁸. O resto do mundo dado como moderno já havia passado para o modelo de “museu público”, inspirado no ideário liberal e voltado para o

aperfeiçoamento cultural dos povos. Neste sentido, o Museu Histórico Nacional constitui um marco dentro do movimento museológico brasileiro: é o primeiro museu brasileiro cujo projeto constrói-se em torno da instrução pública. Isto se faria por intermédio de objetos que documentassem os grandes momentos da história nacional, bem como seus vultos representativos⁹. O fundador, Gustavo Barroso, imaginava resgatar as relíquias que se empoeiravam em diversos lugares para um "verdadeiro Museu Histórico, no qual se pudessem reunir, para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de toda sorte que ele representa"¹⁰. Esta afirmação explicita um princípio básico, que irá orientar a identificação e busca dos objetos que constituíram o núcleo original do acervo.

Mas se, por um lado, o Museu Histórico Nacional surgia escorado em uma proposta modernizadora, surgia também como órgão de uma formação política em crise. Em 1922, a ordem instaurada em 1889, cujo centro era a idéia de Nação Republicana já não dava mais conta dos problemas que se colocavam. Os fundadores da República tinham sua hegemonia questionada por um coro cada vez maior de dissidentes. A Exposição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil foi concebida como uma espécie de apoteose do projeto republicano de 1889, na qual a classe dirigente pretendia reafirmar sua vitalidade¹¹. Inserido no contexto da Exposição, o novo museu buscava a celebração da Nação Republicana, por intermédio da divulgação de seu glorioso passado. A tradição, que Barroso dá por abandonada¹², deveria ser recuperada e preservada, pois era a prova definitiva da existência do Estado, fiador da ordem e base da hegemonia das elites, no tempo. Os objetos esquecidos são capazes de "documentar" (palavra usada de maneira insistente nos escritos dos conservadores), ou seja, testemunhar o passado.

As diretrizes dessa primeira política de aquisição, embora nem formalizadas nem redigidas, confirmam-se quando confrontadas com os escritos de alguns dos conservadores da primeira geração do Museu Histórico Nacional. Adolpho Dumans, por exemplo, cita diversas classes de objetos "que se poderá recolher (...), verdadeiros tesouros referentes á vida antiga no campo e na cidade (...) louças de Macau ou de Campolide, faianças da Índia (...) porcelanas (...) trazidas pelos que acompanhavam D. João VI; jóias velhas, baixelas de prata portuguesa (...) armas raras, (...) empoeirados uniformes dos Dragões das Minas e da briosa Guarda Nacional"¹³. As listas de objetos incorporados ao Museu em seus primeiros anos de existência não incluem objetos ligados ao mundo do trabalho, a não ser os que trazem incorporados algum valor que lhes foi agregado por terem pertencido a alguma personalidade: é o caso dos instrumentos

de dentista que pertenceram a Tiradentes. Outras categorias de instrumentos de trabalho foram também incorporadas ao acervo em grandes quantidades - armamentos e equipamentos de escritório (tinteiros, canetas, esquivaninhas portáteis, azeiros e mata-borrões, por exemplo), não como tais, mas como índices da importância e/ou poder dos vultos que os possuíram e, por extensão, do Estado¹⁴.

A primeira fase da política de aquisição estabeleceu uma primeira diretiva de coleta, para a qual a nova instituição contou com a colaboração do poder executivo. A regulamentação do Decreto 15.596, que criou o Museu Histórico Nacional, em seu capítulo IX, relacionava uma série de repartições que lhe deveriam entregar coleções de objetos. O documento refere-se especificamente a moedas, medalhas, selos e "quadros históricos", e, genericamente, a "objetos de caráter histórico"¹⁵.

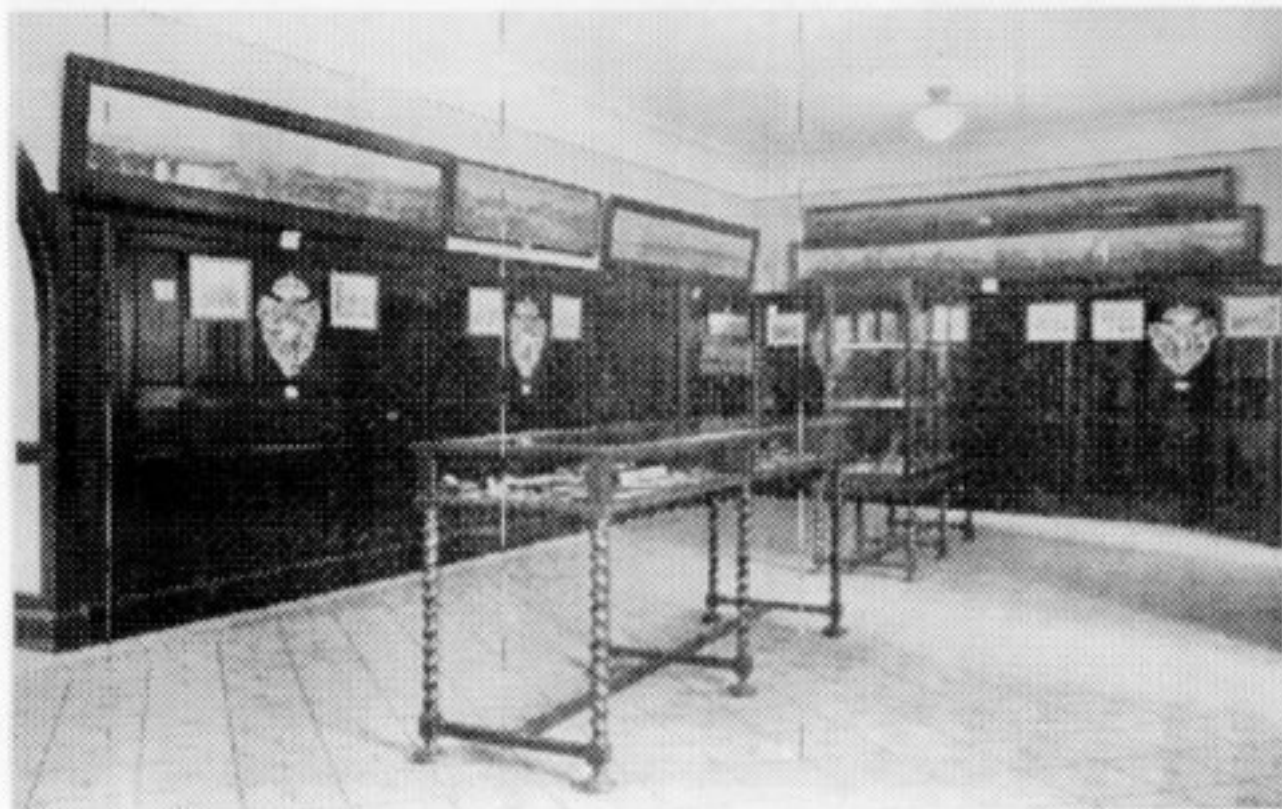
Nesta primeira fase, o Museu atua como recolhedor ativo, visto que tomava a iniciativa, na maior parte dos casos, de buscar os objetos que estivessem de acordo com seu projeto e de incentivar doações deste caráter.

Em 1924, dois anos após a fundação do Museu, vem a público o **Catálogo geral do Museu Histórico Nacional**¹⁶. Os números analisados até agora não incluem a coleção de numismática do Museu, que não consta do Catálogo por constituir uma seção separada, dentro do organograma do Museu - a 2ª Seção(Numismática).

A EXPANSÃO DO ACERVO 1925-1956

O encerramento da Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência significou a institucionalização do Museu Histórico Nacional. Não representou, entretanto, o aporte de recursos que pareciam esperar seus funcionários, Barroso à frente. O Museu passou a ocupar a Casa do Trem e a ala direita do Arsenal de Guerra. Mas foi só. Os governos seguintes não chegaram a interessar-se pela Instituição e, em 1924 cogitou-se de seu fechamento, por não corresponder, segundo as autoridades da época, aos gastos feitos com ela¹⁷. Mas o projeto de Barroso, dadas suas características, logo conquistou apoios consideráveis, do ponto de vista político e social. O Museu justificava-se por constituir, ao mesmo tempo, signo da modernidade e signo da tradição¹⁸. Os apoios cristalizaram-se principalmente através das doações, que começaram a afluir em grande quantidade a partir de 1924.

Podemos citar alguns exemplos como, as doações Guinle que ampliaram o acervo regularmente entre 1924 e 1944. Ao longo desse tempo, a rica família do Rio de Janeiro doou aproximadamente 3.000 objetos às coleções do Museu Histórico, de todas as classes. Em contrapartida, o Museu prestava homenagem aos doadores batizando as salas de exposição com seus nomes. No caso dos Guinle, nada menos do que três salas mereceram nomes de membros da família: Guilherme Guinle, Otávio Guinle e Arnaldo Guinle. Outra aquisição significativa é a doação Miguel Calmon. Tratava-se este de um político de intensa atuação durante a República Velha, descendente de uma família de fazendeiros e políticos que incluía o Marquês de Abrantes. Calmon morreu em 1930, e sua viúva fez, em 1936, uma grande doação ao Museu, constituída por mais de 700 itens de alto valor. A contrapartida exigida à Instituição é que a coleção ficasse para sempre reunida em uma sala, que passaria a chamar-se Sala Miguel Calmon. Em última análise, as salas de titulares constituíam-se em monumentos à memória dos doadores e de suas famílias, que, dessa forma, integravam-se ao passado da Pátria.



Vista da Sala Guilherme Guinle, no Museu Histórico Nacional

Essas grandes aquisições, cujo afluxo vai de 1924 a 1945, caso consideradas isoladamente, quase dobram o acervo. As doações Guinle, excluídos os objetos de numismática, montam a 133 itens de alto valor; a doação Calmon

alcança 743 objetos; o espólio de José Wanderley de Araújo Pinho, incorporado ao Museu em 1943, relaciona 118 objetos, e a doação José Ferreira Alves, segundo Antônio P. Winz a última grande aquisição feita pelo Museu¹⁹, é constituída por 11 objetos de grandes proporções. Muito embora não seja possível comprovar o número, esse autor afirma que Getúlio Vargas teria feito "mais de 700 ofertas ao Museu Histórico". Temos, pois, um total de 1.705 unidades, incorporadas a partir de 5 fontes, sem despesas para a Instituição.

A década de 20 é citada pelos autores que escreveram sobre o Museu Histórico como um período em que faltava quase completamente o apoio oficial. Este problema parece resolver-se com a subida ao poder de Getúlio Vargas. A partir de 1930, o prestígio da Instituição cresce e isto é notável não apenas pelo afluxo de verbas (várias obras são feitas), mas principalmente pelo fato de que o governo investe na aquisição de acervos. Alguns exemplos são altamente significativos dessa tendência.



Vista da Sala Miguel Calmon, no Museu Histórico Nacional

Em 1937, o Ministério da Educação e Saúde adquiriu o espólio do escritor Henrique Coelho Neto, em torno de 100 itens, entre desenhos, esculturas, pinturas e peças de mobiliário e após algum tempo a coleção foi repassada ao Museu Histórico. Em 1941, registrou-se a aquisição da coleção Fonseca Hermes. Esta aquisição gigantesca, foi dividida entre

três museus nacionais, e ao Museu Histórico foram encaminhados 1.070 objetos de todas as classes. Ainda em 1941 completou-se a aquisição, por ordem do governo federal, da coleção Souza Lima, de imaginária cristã, com 525 itens. Em 1943, foi adquirido, por compra, o serviço do Barão de Massambará, constituído por 193 itens. Essa três aquisições, feitas com verbas públicas, fazem com que o acervo mais do que dobre²⁰. Além disso, é bastante comum, nos anos 30 e 40, que o Museu encomende acervos, ou seja, compre objetos a pintores e escultores, segundo suas necessidades. Foi exatamente o caso das compras a Alfredo Norfini, pintor italiano que vendeu ao Museu cerca de 50 trabalhos de desenho e pintura, e de Hans Nobauer, autor de aproximadamente 15 trabalhos registrados no acervo.

Também são regulares as transferências de objetos a partir de outras instituições públicas, com base na regulamentação do Decreto 15.596. O Arquivo Nacional foi responsável, entre 1927 e 1951, por 91 entradas de objetos tridimensionais; já a Biblioteca Nacional, Ministério da Guerra, Ministério da Agricultura e Escola Nacional de Belas Artes aparecem como responsáveis por 276 entradas. Finalmente, é importante assinalar a transferência em bloco do acervo do Museu Naval, instituição fundada em 1870, mas que nunca chegou a funcionar plenamente. Dissolvida pelo governo Vargas em 1932, seu acervo de aproximadamente 587 objetos, alguns extremamente significativos, foi totalmente incorporado às coleções do Museu Histórico Nacional²¹. As transferências realizadas por outros órgãos públicos totalizam, no período, 1.271 itens.

Referidas as “grandes aquisições”, examinaremos agora aquelas que poderiam ser chamadas “pequenas aquisições”, mas somente por seu porte, visto que são tão, ou mais, significativas que as anteriores. Foram feitas por cidadãos comuns, sensibilizados pela proposta do Museu. O levantamento preliminar realizado junto ao Setor de Controle do Patrimônio do Museu Histórico Nacional mostra que o período em que tais aquisições se realizam regularmente é o mesmo já citado - entre 1924 e os meados da década de 50. Neste período foram levantados 721 doadores individuais, que encaminharam 1.821 objetos à Instituição, numa média de 2,54 objetos por doador. A maior parte dos processos registra um único objeto por doador, mas algumas dessas pessoas quase podem ser classificadas como “grandes doadores”, por terem encaminhado 20 ou mais itens ao Museu²². O exame das cartas de doação desses itens indica que os visitantes percebiam os objetivos da Instituição, e com eles concordavam. O caráter dos objetos doados é o mesmo daqueles relacionados nas “grandes doações”: objetos entendidos como “históricos”, ou seja, ligados de alguma

forma a fatos ou figuras “históricas”, ou que, mesmo não tendo ligação perceptível com um destes dois eixos, expressassem a “erudição” e o “bom gosto” do doador e/ou de seus antepassados²³. Podemos dizer que, até recentemente, eram estes os dois eixos sobre os quais caminhava a política de aquisição: os objetos ou eram históricos ou preciosos. Via de regra, eram as duas coisas.

A ESTABILIZAÇÃO DO ACERVO E A ESTAGNAÇÃO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO 1956 - 1985

Até a segunda metade da década de 50, a dinâmica da aquisição de objetos mantém-se, como acabamos de examinar, inalterada. De um total inicial de 2.496 objetos, relacionados no Catálogo de 1924, o acervo evoluiu para 9.713 itens, em 1956. Embora tal contagem não seja absoluta, pois muitos dos itens não têm documentação (o que significa que não podem ser localizados a partir dos documentos conservados no setor de Controle do Patrimônio), ela espelha o comportamento institucional com relação à aquisição. Este já apresentava, nessa época, sinais de estagnação.

Isto se relaciona ao fato de que o Museu Histórico Nacional em pouco modificou seu projeto ao longo de 35 anos, mantendo-se, em decorrência, a política de aquisição inalterada. Este fato pode ser atribuído a diversos motivos, dentre os quais a longa gestão de Gustavo Barroso, que se estenderia até 1959. A existência do Curso de Museus vinculado ao Museu Histórico contribuiu para que os conservadores das segunda e terceira gerações refletissem o pensamento daqueles integrantes da primeira²⁴. Mas se a gestão de Barroso, por um lado, deu à Instituição uma notável estabilidade, por outro contribuiu para torná-la hermética às modificações que se observavam nas ciências humanas e sociais. O Museu aferrou-se a um discurso cuja matriz era a historiografia orgânica do início do século que, desde o final da década de 40, vinha sendo fortemente criticada.

A posição do Museu começa a se alterar, com relação ao Estado e à sociedade. O apoio do governo federal, sob a forma de recursos, diminuiu sensivelmente, após 1945. Depois de 1950 não ocorrem mais grandes compras de acervos, e o Museu deixa de freqüentar leilões. A partir de 1951, muito embora as compras continuem acontecendo, esta forma de aquisição já não incorpora enormes quantidades de objetos²⁵. Entre 1956 e 1975, o número de itens adquiridos por compra

sobe a 132 objetos. O valor monetário das compras também se reduz acentuadamente.

A modificação sensível dá-se com relação às doações individuais. Estas continuam a acontecer, mas limitam-se tanto em gênero, como em quantidade. A documentação passa a dar conta de muitas aquisições de objetos de uso privado (uniformes, medalhas, objetos pessoais), itens relativos a eventos contemporâneos (medalhas, diplomas e louça comemorativa) e documentos (principalmente fotografias). Entre 1956 e 1975, registram-se 675 entradas de objetos por doação. Mas, destas, pelo menos 380 eram coleções destinadas ao então recém-fundado Museu da República²⁶. É significativo que o caráter dos objetos doados continua o mesmo - itens entendidos pelos doadores como históricos (segundo um discurso ainda sintonizado com a historiografia de caráter oficialista) e portanto dignos de figurarem num museu de história. Algumas doações ainda são objetos de alto valor intrínseco, histórico ou artístico²⁷, mas a maioria dos objetos encaminhados ao Museu começava a ter pouco significado.

Uma exceção é a doação Sofia Jobim Magno de Carvalho²⁸, encaminhada ao Museu Histórico Nacional após a morte da titular, uma especialista em indumentária. O núcleo da doação é constituído por uma grande coleção de indumentária, composta por trajes típicos e imitações de roupas de diversas épocas. Também havia centenas de livros e documentos (estes gerados pela própria doadora). A coleção SJMC constitui um caso que exemplifica a mudança do caráter das doações encaminhadas ao Museu. Este grupo de objetos estaria mais ligado à ergologia, disciplina que Barroso colocava fora do campo dos museus de história. O que se pode depreender do exame global das aquisições dessa época é que o Museu transita de recolhedor ativo para recolhedor passivo, pois perdeu a capacidade de buscar acervos e de selecionar doações articuladas a seu projeto. A estagnação institucional é, a princípio, sutil. Em 1970 foi feita uma grande reforma no circuito de exposição permanente, a primeira desde os anos 40. Orientada por museólogos e historiadores, especialistas nas áreas de que foram encarregados, essa reforma resultou em um circuito bastante diferente daquele que tinha sido concebido por Barroso nos anos 20 e 30. As salas-monumento foram desmontadas, dando lugar a um desenvolvimento orientado cronologicamente e centrado em grandes eventos. Esse esforço representou significativo avanço, em termos museográficos, mas não em termos estruturais. A temática do Museu continuou centrada, com poucas modificações, nos grandes vultos e

acontecimentos. Não se observam referências a questões como a diversidade nacional, e a problemática econômica permanecia sendo abordada com base na teoria dos ciclos econômicos. Também não se observa nenhuma forma de intercâmbio com a universidade. A política de aquisição não mudou, mas o Museu estava decididamente na posição de recolhedor passivo. Com exceção de uma tentativa feita pelo então diretor Léo Fonseca e Silva, no sentido de conseguir doações de equipamento militar desativado, em 1968²⁹, nenhuma outra iniciativa foi registrada.

DECADÊNCIA E REVITALIZAÇÃO

O decênio que cobre os anos de 1975 a 1984 viu o agravamento dos problemas que já se vinham colocando desde os anos 60. As dotações orçamentárias da Instituição são alocadas pela direção da época, em obras de algum porte, realizadas nas áreas administrativas, mas quase nenhum investimento é feito no acervo³⁰. Neste período, as aquisições por doação e compra atingem 204 objetos tridimensionais, o nível mais baixo desde a fundação do Museu. Também foram incorporados 144 documentos, em quatro ocasiões distintas.

Apesar da crise, pode-se observar, entretanto, que a política de aquisição continua basicamente a mesma, muito embora não seja mais sequer referida, devido à interrupção da publicação, em 1975, dos *Anais do Museu Histórico Nacional*³¹.

Em 1979, a incorporação do Museu Histórico Nacional à Fundação Nacional Pró-Memória trouxe à Instituição novas possibilidades. A criação do Programa Nacional de Museus, órgão ligado aquela Fundação, visava estabelecer políticas de atuação coordenada para os museus colocados sob sua administração. Não é este o espaço para discutir se os objetivos do PNM foram ou não alcançados. O que vale assinalar é que os técnicos alocados no Programa tentaram incentivar a discussão conceitual em torno da questão dos museus, àquela altura já percebida como muito grave. No que tange ao Museu Histórico Nacional, foi a partir do PNM que começou a ser discutido, em 1984, o projeto de revitalização institucional.

Tratava-se de uma ampla reorganização de todos os setores da Instituição, que visava sobretudo à reforma da exposição permanente. O circuito planejado implicava profunda mudança de concepção, a primeira pensada para o Museu Histórico Nacional, desde sua fundação. Optou-se por abandonar a noção de história como produto da

ação de grandes personagens, cristalizada em eventos destacados. Buscou-se uma abordagem histórica onde as noções de estrutura e de movimento histórico orientassem a construção do circuito de exposição. Muito embora não tenha sido feito nenhum estudo específico, esta mudança de concepção aponta para uma mudança na política de aquisição da Instituição³².

O exame da documentação, a partir de 1985 até 1990, dá conta da entrada de 1.140 objetos tridimensionais. Dentre esses vale apontar duas grandes doações: a coleção Luís Felipe de Figueiredo Cipré, com 341 itens, de caráter etnográfico, e a coleção Farmácia Homeopática Teixeira Novaes, com 651 itens. O Museu também realizou algumas compras, num total aproximado de 40 objetos.

Cabe aqui apontar dois fatos significativos. O primeiro é a entrada de objetos que, pelos critérios até então adotados pela Instituição, não caberiam nela. É o caso, por exemplo, de uma coleção de ferramentas para trabalho em madeira, comprada em 1986, de uma coleção de equipamentos para beneficiamento de café, depositada no museu por uma instituição paulista, com o fim de figurar na exposição permanente, e de objetos de imigrantes europeus e japoneses. São itens ligados ao trabalho e à vida cotidiana e, até então, os registros de aquisição por compra, por doação e por transferência não registram qualquer caso precedente³³. Também começam a ser registrados no acervo objetos como brinquedos, itens ligados ao lazer, instrumentos de comunicação e de transportes e de uso doméstico (alguns são comprados pelo Museu). Recentemente técnicos do Museu Histórico Nacional experimentaram incorporar itens que, até o momento da aquisição, tinham sido equipamento de uso diário do próprio museu.

RUMO A UMA NOVA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO?

A primeira observação que podemos fazer, à guisa de conclusão, é que o acervo do Museu Histórico Nacional monta, atualmente, a 14.785 objetos tridimensionais. A grande maioria de tais objetos foi adquirida até meados dos anos 60. De lá para nossos dias, as aquisições diminuíram dramaticamente.

Nos últimos anos, uma boa parte dos doadores registrados são servidores do próprio Museu ou pessoas de suas relações. A sociedade em geral que, durante 45 anos, constituiu a maior fonte de ampliação do acervo, parece ter-se retraído; também é sensível a falta de recursos públicos para investimentos em acervos. Articulado à sociedade que o for-

mou, o acervo do Museu registra, por sua dinâmica - seus momentos de expansão e de estagnação - os momentos por que passa a sociedade mesma.

Por outro lado, os critérios que analisamos no início do texto, formulados desde a fundação do Museu, parecem não valer mais, até porque a própria concepção de história mudou. Em 1922, o vulto e o fato relevante dominavam, absolutos. Hoje em dia, são obrigados a dividir as salas dos museus com as grandes massas e os acontecimentos da "vida vulgar" (segundo a terminologia da filósofa húngara Agnes Heller). Os objetos daqueles grandes homens, e os testemunhos de seu tempo, certamente não serão expulsos do acervo, mas já têm recebido nova leitura. E os testemunhos da cultura material de épocas antigas e não tão antigas receberão igual atenção e igual tratamento que os acervos preciosos que hoje lotam as Reservas Técnicas do Museu Histórico Nacional.

A última doação que registramos incorporou ao Museu Histórico Nacional um prosaico barbeador Phillishave, item de produção em massa que se destaca por ser equipamento de conforto pessoal presente em lares atuais.

No intuito de traçar as bases para uma ação ativa de coleta de acervo, sobretudo do século XX, foi organizado um grupo de estudo. O resultado deste trabalho permitirá o início do recolhimento de itens, que complementarão as coleções já existentes e renovarão o acervo, inserindo objetos pertencentes aos diversos segmentos sociais.

Não poderia haver, em nossa opinião, melhor indicativo da permanente dinâmica do conjunto de procedimentos intelectuais e práticos, que aqui convençionamos chamar política de aquisição.

Notas:

1. KAVANAGH, G.-**History curatorship**. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1990, p.4 e seguintes.
2. V. por exemplo, JEUDY, H.-P.-**Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense, 1990, p. 15.
3. Sobre a questão do valor, ético, cultural ou econômico agregado ao objeto, v. JEUDY, H.-P.- *Op. cit.*, pp. 64-65.
4. E também observando recomendações relativas à ética da aquisição, formuladas pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 1970, estabelecendo que a origem de todo objeto, seja qual for sua natureza, deve ser devidamente documentada.
5. Sobre o assunto, v. ROGERS, L. E.-**Museums and related institutions: a basic program survey**. Washington, D.C.: Office of Education, 1969, pp. 74 e seguintes; v. tb. LEWIS, R. H.-**Manual for museums**. Washington, D.C.: National Park Service, 1976, pp. 108 e seguintes.

6. O Museu Histórico Nacional adota 10 categorias de aquisição, estabelecidas durante os anos 70, com base nas práticas adotadas pela instituição desde sua fundação. Tais categorias dizem respeito à relação estabelecida com o agente gerador do objeto material adquirido, e com o tipo de documento legal que formalize tal relação. São elas: 1- coleta, 2- compra, 3- depósito, 4- doação, 5- empréstimo por prazo determinado, 6- empréstimo por prazo indeterminado, 7- incorporação, 8- legado, 9- permuta e 10- transferência.
7. Sobre o assunto, v. KAVANAGH, *op. cit.*, p. 5; v. tb. JEUDY, *op. cit.*, P. 15.
8. BITTENCOURT, J. N. Algumas observações sobre os acervos museológicos no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, (mimeo), p 9.1992.
9. O modelo atual de museu surgiu com as Exposições Internacionais, que se tornaram um modismo a partir de 1851, com a inauguração da primeira, em Londres. A partir de então, tais eventos se sucederam. Quase todos eles incluíam um museu dentre suas atrações, e, geralmente, o museu institucionalizava-se após o encerramento. Sobre o assunto v. NEVES, M. de S.- As vitrines do progresso. Rio de Janeiro: PUC/Depto de História, 1990(mimeo); v. tb. BURCAW, G. E.- Introduction t museus work. Nashville, American Association for State and Local History, 2ª ed., 1983, p. 20 e seguintes.
10. Citado p. DUMANS, Adolpho- A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. Em DUMANS, Adolpho. Em: *Anais do Museu Histórico Nacional*, nº 3(1942). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Museu Histórico Nacional, 1942.
11. FERREIRA Nº, E. L.- O improviso da perenidade. Em: *Cadernos de Pesquisa nº 1* (reedição, 1992). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 18. 1992.
12. BARROSO, G.- O culto da saudade. Em: BARROSO, G.- *Idéias e palavras*. Rio de Janeiro: Leite, Ribeiro e Maurílio, 1917, p. 33.
13. DUMANS, A.- *Op. cit.*, p. 12.
14. BRASIL, Ministério da Justiça e Negócios Interiores - **Regulamento do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 19. 1922.
15. Barroso fazia uma divisão clara entre objetos históricos e outros, também passíveis de preservação, mas não em um museu de história. Denominava a disciplina que deles deveria tratar de ergologia, e seu campo, tudo o que dissesse respeito aos "valores de utilidade". Uma boa parte dos sub-campos, segundo a proposição barroseana, relacionava-se ao trabalho e à vida cotidiana. BARROSO, G.- Museu ergológico brasileiro. Em *Anais do Museu Histórico Nacional* nº3. 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Museu Histórico Nacional, 1945.
16. BRASIL, Museu Histórico Nacional- Catálogo revela os seguintes modos de aquisição de objetos: 1- transferência, 2- oferta, 3- recolhimento, 4- aquisição, 5- remessa, 6- dádiva e 7- legado. O que caracteriza cada uma das formas não fica claro, mas através do exame de documentos de aquisição é possível determinar que cada uma refere-se a dada forma de relação com o agente gerador do objeto.
17. *Jornal do Brasil*, 25 de agosto de 1924; *Novidades*, 24 de agosto de 1924.
18. ABREU, R. de- Tradição e modernidade- o Museu Histórico Nacional e seu acervo. Em: *Cadernos de Pesquisa* nº 1 (reedição, 1992). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1992, p. 34 e seguintes.
19. WINZ, A. P.- *História da Casa do Trem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Museu Histórico Nacional, 1962.

20. BRASIL, Museu Histórico Nacional- Aquisição do espólio de Henrique Coelho Neto. Proc. 12/37; Leilão Djalma da Fonseca Hermes, Proc. 16/41; Transferência da coleção Souza Lima para o Museu Histórico Nacional Proc. 12/39; Serviço de mesa do Barão de Massambará. Proc. 12/43. Setor de Controle do Patrimônio, Museu Histórico Nacional.
21. BRASIL, Museu Histórico Nacional- Transferência do acervo do Museu Naval. Proc.18/32(transferência de 587 objetos), Setor de Controle do Patrimônio, Museu Histórico Nacional. Existe outro processo, de número 24/27(transferência de 317 objetos).
22. Como, por exemplo, o contador Agostinho Dias Nunes d'Almeida, que, entre 1933 e 1945, encaminhou 26 objetos ao Museu Histórico Nacional.
23. "(...) as doações incluíam também objetos de uso doméstico das famílias dos doadores, principalmente obras artísticas utilizadas na decoração das residências, tais como (...) estatuetas, pratarias, pinturas, (...) Neste caso, as doações cristalizavam um padrão estético, condizente com as regras de civilização e bom gosto das elites ocidentais. O museu passava(...) a reproduzir o discurso estético associado a segmentos das elites que geralmente tendiam a valorizar bens herdados da aristocracia, (...)" (ABREU, R. de- *Op. cit.*, p.36.)
24. O Curso de Museus, fundado em 1932, destinava-se a prover técnicos especializados para o MHN e outras instituições do gênero. Seus professores eram, em boa parte, conservadores do próprio Museu.
25. Em 1956 são comprados 10 objetos a Franz Hermann Hipp, negociante especializado (Proc. 4/56); no ano seguinte, 13 objetos a Manoel Ribeiro de Almeida (Proc. 4/57). É significativo que tais compras não constituem grupos homogêneos, mas objetos isolados.
26. Com a mudança da capital federal para Brasília, foi levantada por Josué Montello, então diretor do MHN, a idéia de transformar o palácio do Catete num museu dedicado ao período republicano. Foi esta a origem do Museu da República, criado pelo decreto nº 47883 de 8 de março de 1960. Parte de seu acervo era constituída pelos próprios objetos do palácio (móveis, quadros, equipamentos, etc.), outra compunha-se por objetos transferidos do Museu Histórico e uma terceira por doações particulares, no início bastante volumosas. Na medida em que os dois acervos constituíam corpos separados, não iremos examinar as características deste universo. Algumas informações podem ser obtidas no catálogo do Museu. (BRASIL -Museu Histórico Nacional-Museu da República. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura /Museu Histórico Nacional, 1966).
27. Por exemplo, uma caneta de ouro e dois retratos a óleo (Procs. 08/69 e 05/70- Setor de Controle do Patrimônio do Museu Histórico Nacional), mas são exceções. A partir dos anos 40, a ampliação e diversificação do mercado atribuiu às antiguidades um valor que até então elas não tinham. Objetos antigos passam a constituir investimento de apreciável retorno. Os doadores privados começam então a desaparecer, pois torna-se mais interessante vender objetos antigos, só que, dada a falta de apoio oficial, o Museu não pode mais comprá-los.
28. Coleção Sofia Jobim Magno de Carvalho- Proc. 02/68- Setor de Controle do Patrimônio do Museu Histórico Nacional.
29. A lista anexa ao processo 5/68 relaciona mais de 100 itens pretendidos pelo Museu, mas não foi inteiramente atendida.

30. É também na década de 70 que começa a se estabelecer a metodologia para o controle efetivo do acervo, via documentação. O arquivo administrativo do Museu Histórico Nacional começou a ser reorganizado, com os documentos referentes à aquisição de acervo sendo separados. Os técnicos da época formaram com o material reunido, os Processos de Aquisição de Objetos Históricos, abrangendo o período de 1922 a 1970. A partir deste ano, os processos passam a receber o nome dos doadores. A metodologia de controle do acervo foi definitivamente implantada a partir dos anos 80, quando foi constituído o Setor de Controle do Patrimônio.
31. Publicação científica pioneira no Brasil, os Anais apareceram regularmente entre 1940 e 1975, em periodicidade anual. Seus artigos versavam sobre diversos assuntos, relacionados à história do Brasil, história da arte, armaria, numismática, filatelia, heráldica, arqueologia e, muito mais raramente, museologia. É possível avaliar a dinâmica de aquisição através deles, pois quase sempre eram escritos com base nos objetos do acervo, além de permitirem uma projeção do tipo de acervos que o Museu adquiriria, se tivesse oportunidade.
32. BRASIL, Museu Histórico Nacional - Proc. 97/88, Setor de Controle do Patrimônio do Museu Histórico Nacional
33. Diversas aquisições anteriores podem ser classificadas por exemplo, como objetos de trabalho, como é o caso de alguns itens que foram incorporados a partir da transferência do acervo do Museu Naval, em 1932. Mas até 1983, quando foi doada uma máquina de costura (proc. 191/83), nunca tinha sido registrada a entrada de um item ligado por exemplo, ao trabalho, ao lazer ou aos esportes, que não tivesse a chancela de um possuidor ou de um fato histórico.

Referências:

- ABREU, Regina de - Tradição e modernidade - o Museu Histórico Nacional e seu acervo. Em: *Cadernos de Pesquisa* n° 1 (reedição, 1992). Rio de Janeiro, MHN, 1992.
- BARROSO, Gustavo - O culto da saudade. Em: BARROSO, G. - **Idéias e palavras**. Rio de Janeiro: Leite, Ribeiro e Maurílio, 1917.
- BITTENCOURT, José Neves - Algumas observações sobre os acervos museológicos no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro, MHN, 1992 (mimeo).
- DUMANS, Adolpho - A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, n° 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- FERREIRA N°, Edgard L. - O improviso da perenidade. Em: *Cadernos de Pesquisa* n° 1 (reedição, 1992). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1992.
- JEUDY, H.-P. - **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- KAVANAGH, G. - **History curatorship**. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1990.
- LEWIS, R. H. - **Manual for museums**. Washington, D.C.: National Park Service, 1976.
- ROGERS, L. E. - **Museums and related institutions: a basic program survey**. Washington, D.C.: Office of Education, 1969.
- WINZ, A. Pimentel - **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional / Museu Histórico Nacional, 1962.

